Angela de Castro Gomes
Professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

A guardiã da memória

Como todos os textos, este também tem uma história e, no caso, não é supérfluo por ela iniciar. Em meados do ano de 1991, coordenando o Setor de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, fui surpreendida com a notícia de que Alzira Vargas do Amaral Peixoto estava disposta a nos conceder uma entrevista. O fato não teria em si nada de especial, não fosse d. Alzira particularmente resistente à concessão de entrevistas, incluindo-se aí a própria gravação de um depoimento para compor o acervo histórico do CPDOC. Na verdade, ela já realizara, entre abril e maio de 1979, (portanto fazia mais de dez anos), uma gravação que fora interrompida pelos afazeres de sua atribulada vida e nunca mais retomada.[1] As evasivas sempre foram numerosas e verossímeis, mas uma certa experiência no trato com depoentes nos indicava — a mim e aos demais pesquisadores — que havia razões mais profundas para que ela não se dispusesse a reiniciar os trabalhos.

Portanto, sua deliberação era plena de significados, só que nós não avaliávamos o quanto.[2] Aos 77 anos de idade, ela convocava o CPDOC a refazer os contatos por tantas vezes afastados, mas mantinha a mesma motivação e condição anteriores: não desejava falar sobre si mesma, mas sobre seu pai, cuja memória vinha sendo sistematicamente deturpada e esquecida,

com forte colaboração da imprensa do país. Ela reiterava que se considerava cansada e desiludida de jornalistas e não mais disposta a, como antes o fizera, conceder entrevistas a revistas ou jornais. O depoimento oral se transformava em forma útil de recomeçar um trabalho de redação sobre o Ciclo Vargas, iniciado muito tempo atrás e cujo resultado fora o livro *Getúlio, meu pai*, publicado em 1960, reunindo suas memórias sobre um período que vai até o fracassado golpe integralista de 1938.[3] A idade mais avançada permitia-lhe maior disponibilidade para o trabalho de rememoração. O CPDOC, depositário do arquivo privado de seu pai, de seu esposo e dela própria, afigurava-se como instituição capaz de corresponder a seu projeto: registrar a 'verdade' política sobre o pai.

Como se vê, não foi tarefa fácil entrevistar Alzira Vargas que, sistematicamente, recusava-se a debater temas que considerava pessoais, insistindo num relato onde o personagem principal era Getúlio Vargas e onde ela buscava inserir-se como um dentre os demais coadjuvantes. Apenas, como ela mesma passou a concordar, um coadjuvante especial não só por seus vínculos familiares, como principalmente porque — e ela compreendia bem — era sob sua ótica que os acontecimentos eram narrados, o que sem dúvida iria corrigir os inúmeros equívocos a respeito da biografia de Getúlio.

Neste sentido, a própria linguagem usada por ela é muito esclarecedora. Com freqüência, fala na terceira pessoa do singular, como que tomando o lugar do pai e reconstituindo suas ações. Com freqüência, também, encena os diálogos que travou com o pai, intercalando-os com comentários explicativos sobre sua personalidade. Desta forma, 'falando sobre Getúlio', como queria, vai delineando o tipo e a evolução de sua inserção na política e vai nos permitindo identificar elementos fundamentais de sua visão de mundo — de mundo político, em particular —, fundada em muita sensibilidade e informação privilegiada.

Este depoimento, lamentavelmente, não chegou a ser concluído, sendo interrompido por sua doença e morte, em 26 de janeiro de 1992. Examinando *a posteriori* a dinâmica da entrevista, é razoável supor que d. Alzira tinha conhecimento de seu estado de saúde, e o desejo de reiniciar sua tarefa com o auxílio do CPDOC, bem como alguns comentários dispersos, sobretudo nos intervalos das gravações, são indicativos nada desprezíveis. Mas nós, as entrevistadoras, embora percebêssemos sua fragilidade física, não imaginávamos a gravidade da situação e fomos surpreendidas com o curso dos acontecimentos.

Como o depoimento ficou a meio caminho, torna-se difícil avaliar até que ponto haveria 'grandes novidades' tanto em relação ao que a própria d. Alzira já havia revelado, quanto em relação à bibliografia sobre o período. Mas, a despeito deste fato, algumas considerações podem e

devem ser traçadas. Em primeiro lugar, o exame cuidadoso e comparativo de suas duas etapas, separadas por um longo intervalo de tempo, revela um 'trabalho de solidificação' da memória muito grande. Ou seja, d. Alzira construiu uma certa interpretação dos principais eventos que envolveram a figura do pai (e dela mesma), elegendo estruturas narrativas que se repetem, alterando-se de forma apenas secundária. Assim, ela sustenta uma mesma versão de acontecimentos, da ação de personagens e do sentido de conjunturas políticas ao longo de todo o depoimento que, cotejado com o texto do livro e também com o de várias entrevistas, apresenta uma extrema convergência. Se tal característica remete à existência de um discurso 'fechado', que precisa ser questionado e testado pelo historiador, remete igualmente a um solo fértil para reflexões sobre o modo de pensar e atuar da depoente, o que certamente foi sendo decantado ao longo do tempo.

Foi justamente tendo como base este solo que nasceu a proposta inicial deste texto. Ele tinha como objetivo específico examinar a trajetória de Alzira Vargas como estratégia para pensar as relações entre mulher e política no Brasil, destacando algumas dimensões relevantes de uma experiência peculiar e, por isso, paradigmática.

Considerando que até hoje são pouco numerosas as mulheres que participam da vida pública do país com repercussão e reconhecimento, seria esclarecedor trabalhar com a trajetória de uma mulher que, durante cerca de meio século — dos anos de 1940 aos anos de 1980 —, participou intensamente da política de forma extremamente singular. Esta singularidade estaria demonstrada pela *forma de acesso* à política e pelas *condições de fazer* política que marcaram seu desempenho e que não podem ser dissociadas de seus vínculos familiares. Isto porque, foi na situação de filha e de esposa que ela participou privilegiadamente dos círculos mais restritos do poder, podendo conhecer e acompanhar 'de dentro de casa' a trama e os personagens principais da vida política do Brasil.

Contudo, se esta situação, em tese, poderia conduzir à sugestão de uma personalidade a reboque, sem autonomia de idéias e de ação, foi efetivamente o que não ocorreu. Ou seja, foi exatamente nesta situação *sui generis* de filha e esposa, que ela teve condições de construir uma carreira política com visibilidade e eficácia próprias e indissociável de sua inscrição feminina. Essa mulher, por casamento Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que ficou conhecida no folclore político brasileiro como 'Alzirinha', diminutivo que busca caracterizar a força de sua presença em vários momentos cruciais da vida política do país, seria um exemplo privilegiado para situar as relações entre mulher e política na sociedade brasileira.

Mas, dando início ao trabalho de análise da entrevista e reexaminando o texto de seu livro, uma outra temática passou a

cada vez mais ganhar espaço em seu relato, impondo-se como principal, inclusive para iluminar a questão eleita originalmente. Isto porque, tratava-se de uma depoente que explicitamente se atribuía o dever de guardar e reproduzir a memória de seu pai: de 'falar' por ele como pessoa privada e pública, já que Getúlio era um dos mais importantes personagens da história do Brasil. Em o fazendo, portanto, ela não só reconstruía a memória de sua família, como a de toda uma época estratégica para nossa história. Entretanto, seu relato, ao delinear o perfil do pai — pois não era casual que a entrevista sobre ele se estruturasse — instaurava uma imagem de Alzira sobre ela mesma, cuidadosamente conformada através do tempo: a de guardiã da memória.

Alzira Vargas nasceu em 1914, filha de Getúlio Dornelles Vargas e Darcy Vargas, em uma casa onde já se fazia política. Com a Revolução de 1930, ela se tornaria a filha dileta daquele que por 15 anos governaria o país, sendo sucessivamente chefe do Governo Provisório, presidente eleito indiretamente e mais uma vez chefe de um governo de exceção: o Estado Novo.

É exatamente neste período que ela faz sua entrada na política, não só por sua condição de filha do presidente, como também porque se torna uma das auxiliares de gabinete do pai. É também neste período, em 1939, que se casa com Ernani do Amaral Peixoto, então interventor do estado do Rio de Janeiro que, após 1945, tem longa e destacada vida política como governador de estado, senador da República e líder partidário. Desta forma, a partir dos anos de 1940, era de conhecimento geral (nacional e internacional) que Getúlio Vargas tinha na filha um de seus interlocutores privilegiados. Esta condição ganharia ainda maior destaque no período do segundo governo Vargas (1950-1954) quando, eleito pelo povo por voto direto, Getúlio volta ao poder para dele sair através do trágico episódio do suicídio.

Nestes anos e sobretudo neste episódio, a figura de Alzira se inscreve de forma particular, uma vez que teria tido acesso a informações e a debates de que poucos participaram. Sua intervenção pessoal na última reunião ministerial realizada por Getúlio para discutir a hipótese de sua renúncia, e sua presença no Palácio no momento da morte do pai, dão bem a medida do tipo de participação e de força política que ela então possuía. A partir de 1954, portanto, a atuação política de Alzira Vargas sofre transformações, não porque ela abandone o cenário público ou deixe de ser vista como uma de suas figuras significativas, mas porque muito de sua energia e paixão políticas passam a ser canalizadas para um projeto no qual já estava envolvida, mas que passa a receber nova atenção. É neste momento que ela se dedica à redação do livro já mencionado, escrito sob o impacto do suicídio e como uma estratégia pessoal de, através da memória, recompor uma iden-

tidade fortemente abalada.

A memória é um trabalho. Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora, resignificando as noções de tempo e espaço e selecionando o que vai e o que não vai ser 'dito', bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário. Quem aceita fazer o trabalho da memória, o faz por alguma ordem de razões importantes, dentre as quais estão a busca de novos conhecimentos, a realização de encontros com outros e consigo mesmo, de forma a que os resultados sejam enriquecedores sob o ponto de vista individual e coletivo. A rememoração pode ser um difícil processo de negociação entre o individual e o social, pelo qual identidades estejam permanentemente sendo construídas e reconstruídas, garantindo-se uma certa coesão à personalidade e ao grupo, concomitantemente.[4]

A guarda de uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos (de tamanhos e tipos variados), bem como é elemento base de sua transformação. Por isso, não pode sofrer mudanças abruptas ou arbitrárias, sob o risco de desintegrar referenciais fundadores e ameaçar a própria manutenção da identidade do grupo. Esta dimensão da memória, que lhe dá limites e demanda reelaboração permanente, vincula-se a um fenômeno que a literatura especializada chama de 'trabalho de enquadramento' da memória. Por conseguinte, o enquadramento e a guarda da memória comum se retroalimentam, estando ligados à presença de uma figura especial — porque singular no grupo e porque especializada — , que se reconhece e é reconhecida como o guardião da memória.

O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um 'narrador privilegiado' da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as 'marcas' do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o 'colecionador' dos objetos materiais que encerram aquela memória. Os 'objetos de memória' são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de 'fazer viver' em termos profundos o próprio grupo. Tais objetos podem ser, assim, um bom exemplo do que Pierre Nora consagrou, em sua metodologia, com a designação de 'lugares da memória'. Este acervo, que também inclui, com destaque, relatos preciosamente recontados, é a própria identidade do grupo 'materializada': é sua riqueza, poder e emoção.[5]

O guardião, nesta perspectiva, é um profissional da memória. No meio familiar, é comum que os avós assumam esta função. Em outros grupos sociais, a questão deve ser examinada em particular e pode ter variações. O que de certa forma é co-

mum, e interessa em particular a este texto, é que há momentos e motivações especiais que marcam o início da carreira de um guardião da memória. Eles são emblemáticos e passam a dominar a trajetória de vida daqueles que se imbuem de tal tarefa. Ser guardião torna-se um 'projeto', como Gilberto Velho nos relembra: "uma conduta organizada para atingir finalidades específicas".[6] Um projeto, portanto, imprime sentido duplo à vida de um indivíduo: dá-lhe direção e significado. Um projeto organiza o relato do narrador quando ele fala de si e do grupo a que pertence e representa.

Alzira Vargas é uma guardiã da memória de seu pai, de sua família e de seu país. Foi esta obviedade, sobre a qual não me havia dado conta em toda a extensão, que ela me impôs com seu depoimento. Ao falar a 'verdade' sobre seu pai e , portanto, sobre a história do Brasil, ela indiscutivelmente construía uma imagem sobre si mesma como pessoa preocupada e ocupada com a questão da memória. Se eu estava interessada em sua imagem como mulher e em suas relações com a política, não poderia deixar de reconhecer que tudo o que d. Alzira dizia e fazia, quando da entrevista, sofria a inflexão fundamental de seu papel precípuo de guardiã.

Por isso, analisar sua iniciação e trajetória políticas, é também refletir sobre as condições que a introduziram na carreira de guardiã, ilustrando um exemplo bem complexo pelas interrelações entre memória da vida familiar e memória da vida política nacional.

A iniciação política de Alzira Vargas ocorreu em meados dos anos de 1930, quando freqüentava a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e quando o voto foi concedido à mulher no Brasil. Getúlio, segundo ela, tinha concepções modernas a respeito da mulher e foi quem praticamente exigiu que ela fizesse o curso de direito. Mulher, para ele, fala d. Alzira, tinha que saber três coisas: datilografia, dirigir automóvel e falar inglês. Ela preencheria perfeitamente estas demandas, cultivando com orgulho, até o fim da vida, uma imagem de mulher audaciosa para os padrões de sua época. Nos anos de 1930, por exemplo, não gostava de usar chapéu, casou-se sem vestido de noiva e absolutamente não se incomodava com etiquetas ou com o que 'os outros' poderiam pensar. Sua descontração de postura no vestir e no falar tinha continuidade no campo das idéias, evidenciando sua independência no que fora, aliás, sempre estimulada pelo pai.

É, portanto, com naturalidade que pontua sua nomeação para auxiliar de gabinete do pai, em inícios de 1937, quando passa formalmente a se incumbir dos serviços de intérprete, de correspondência para os Estados Unidos, de toda a parte dos cifrados (fundamentais no contexto da Segunda Guerra Mundial) e, muito particularmente, da tarefa de organizar a biblioteca e o arquivo pessoal de Getúlio Vargas.[7] Em seu relato, fica muito claro o quão capital é esta experiência em ter-

mos existenciais e políticos: "A primeira vez que tomei conhecimento de fatos, quando papai entregou-me a primeira fornada de papéis, levei um susto. O que era corrente no público era mentira. A verdade estava ali, nos papéis". O susto foi realmente muito grande — "fiquei com medo de mim mesma..." — e os cuidados para se policiar não foram menores: "havia aquela clássica crença de que a mulher é indiscreta, gosta de fofoca".

É a partir deste momento e desta fornada de papéis, que Getúlio passa a entregar-lhe 'coisas que não contava para ninguém' e que ela se transforma numa 'espécie de depósito' do pai ou em 'sua segunda consciência'. Como narra:

> Muitas vezes queria rasgar um papel, eu não deixava. E muitas vezes se aconselhava comigo. [...] Despachava com ele, com os ministros. Havia certos ministérios que ficavam afetos a mim; era eu quem despachava.[...] Por essas coisas, comecei a ter a confiança de muita

Da esquerda para a direita: Almée Sotto Mayor Sá, Alzira Vargas e Manuel dos Anjos, em São Lourenço (MG), na segunda metade da década de 1930. CPDOC.

> gente, porque tinha a dele. Pensavam que eu mandava e desmandava nele, o que não era verdade.

Sem dúvida, é este episódio que inaugura a carreira de 'Alzirinha', não tanto por introduzi-la nas lides do trabalho político, mas pela forma como isto foi feito e vivenciado. Por ter aberto as portas — como seu relato induz a pensar — para a 'outra' tarefa: a de guardiã da memória.

Isto porque, embora a função de auxiliar de gabinete seja um cargo de confiança pessoal do presidente, ele não se traduz necessariamente, mesmo no Brasil, por vínculos familiares. Mas, a organização da biblioteca e, sobretudo, do arquivo particular é algo distinto, possibilitando um contato com a política e com os políticos muito particular. A perspectiva oferecida pelos papéis pessoais de uma personalidade política — o acesso à sua correspondência, por exemplo — é de alguma forma semelhante à da confidência. A correspondência oferece uma visão 'por dentro', onde os movimentos dos indivíduos e suas motivações são explicitados de forma muito íntima. A condição de filha para o desempenho desta função talvez tenha sido fundamental: uma mulher com ligações acima de quaisquer suspeitas e capaz de pôr ordem no interior da trama política, ao mesmo tempo privada e pública; capaz de 'arrumar a política' nos seus mínimos detalhes e sem indiscrições.

Toda essa forma de socialização com eventos, personagens e lugares foi defi-

Alzira Vargas dirigindo o carro de seu pai, nos anos de 1930. CPDOC.

nitiva para d. Alzira. Sua ótica sobre a política ficaria marcada por duas características fundamentais. O personalismo, isto é, uma ênfase interpretativa no papel dos atores, que não só 'explica' mais e melhor que a conjuntura e os processos políticos, como tem precedência sobre as instituições. Ou seja, os homens moldam as instituições, muito mais do que são por elas moldados. Assim, ao menos em grande parte, os problemas estão nos homens — nas elites políticas — que se avultam na história. A outra característica é uma espécie de divisão bipolar do campo da política que, sem dúvida, é visto como um campo de luta acirrado, onde é preciso ter firmeza e clareza. Ou seja, para d. Alzira havia os que estavam com o pai e com ela mesma, e aqueles que eram seus adversários: os inimigos, os traidores, e os suspeitos profissionais ou eventuais.[8]

Esta construção política fica bem traduzida na fórmula que encontra para tratar o pai: 'patrão'. É desta maneira que, desde os anos de 1940, ela passaria a designar Getúlio e a organizar seu próprio mundo da política. Os anos do Estado Novo (1937-1945), em especial os acontecimentos que envolveram o Brasil na Segunda Guerra Mundial, projetaram d. Alzira e também seu marido-interventor no cenário político nacional, transformando-os nos articuladores privilegiados para o estabelecimento da base norte-americana em Natal, em troca da construção da primeira indústria siderúrgica do Brasil. O fim da guerra e a morte do presidente Roosevelt reforçariam definitivamente sua ótica personalista e bipolar: não fora isto, o Brasil talvez estivesse no Conselho de Segurança da ONU.

Mas o fim do Estado Novo também lança d. Alzira numa nova esfera de atuação

Casamento de Alzira Vargas com Ernani do Amaral Peixoto em julho de 1939. Ao lado de Alzira, Getúlio Vargas e sua irmã, Jandira. CPDOC.

política, na qual ela se mostra eximia articuladora e líder: a esfera político-partidária. Aí é preciso destacar o que talvez seja a grande marca da carreira desta 'política' *sui generis*. Ela não se filia a qualquer partido e muito menos ocupa qualquer cargo público eletivo ou não, excetuando-se as funções que, na qualidade de esposa/mulher de um político, é formalmente obrigada a desempenhar. No caso da tradição brasileira, estas funções ligam-se a atividades assistencialistas, normalmente vinculadas à proteção da criança e da mãe pobre ou de setores desamparados da população.

Embora tal escolha possa parecer 'natural', é preciso refletir sobre as razões que a orientaram e que estão bem longe de ter prejudicado d. Alzira por ausências de engajamento reclamadas. Neste sentido, a falta do vínculo partidário é bem reveladora e potencializadora da atuação de 'Alzirinha'. Em sua entrevista, esclarece que não quis filiar-se a um partido "pelos mesmos motivos do meu pai. Nunca considerei o Brasil como uma parte, um partido. Eu via o Brasil como um todo. Então, achava que se eu pertencesse a um partido, teria que ser leal a ele. Da mesma maneira, nunca quis ser bandeirante, nem filha de Maria, nem coisa alguma". A herança de uma proposta globalizadora de cunho nacional é muito clara. Os brasileiros devem pertencer ao partido da Nação e, nesta lógica, 'lealdades' a partidos políticos podem ser ameaçadoras. O *bias* antipartidário, aí subentendido, é ainda muito forte no Brasil, até hoje, reforçado que foi por um bailado de siglas que não conseguiram tempo de vida suficiente para criar tradição e para formar identidades reconhecidas, afastando acusações de ameaça à unidade política do país por inépcia ou má-fé.

D. Alzira é um exemplo paradigmático para se pensar esta dimensão da vida política do país. Não filiada a qualquer partido, conversa e tem ascendência sobre inúmeros políticos de vários partidos da República do pós-1945 e até, embora muito menos, do pós-1964. Afinal, ela conhecera muitos deles intimamente (pelos papéis de seu pai) e pessoalmente, quando não havia partidos no Brasil. Esta experiência está na raiz do trânsito e da segurança das ações políticas desta mulher que afirmava entender de política, possuindo ampla consciência de seu saber e poder.

Mais uma vez, sua condição feminina é determinante para esta atuação suprapartidária. D. Alzira era uma igual inteiramente diferente. Neste mundo masculino da política que ela freqüentava, não competia, ao menos eleitoralmente. Contudo, havia um preço a pagar por tanto trânsito e prestígio políticos: "Eu era chamada quinta coluna em todos os partidos, porque me dava com gente da UDN, do PSD, do PTB, do PR...".

Apesar de todos estes contatos, ela passaria ironicamente a ser conhecida no folclore político como a 'babá do PTB', o Partido Trabalhista Brasileiro, organizado em 1945 para ser o partido das massas

trabalhadoras do Brasil: "[...] eu vim para cá — Rio de Janeiro — e fiquei tomando conta do partido. Então, toda vez que havia uma encrenca maior, eles recorriam a mim. O que eu podia resolver eu resolvia, e o que não podia eu mandava, num código que tinha com papai, para que ele resolvesse". Entretanto, se ela era a 'babá do PTB', os próprios petebistas a consideravam a 'mãe do PSD', partido do qual Ernani do Amaral Peixoto chegou a ser presidente nacional.

No caso, vale a pena a citação, apesar de longa:

> Nesta época o Jango — João Goulart — já era presidente do partido — do PTB. Eu disse: olhe, Jango, a UDN do estado do Rio anda feroz contra nós — PSD —, contra o Ernani e contra mim. Se você quiser fazer acordo com a UDN por baixo da capa, você faz onde bem entender, mas no meu estado você não pode fazer. Oficialmente, não preciso dos seus votos. Se for necessário, vou para a praça pública fazer campanha. Agora, oficialmente você não tem o direito de ser contra o Ernani, portanto contra mim, filha do presidente de honra do partido. [...]de fato, no estado do Rio o PTB só fez um deputado.[9]

Desta forma, pode-se afirmar que o tipo de acesso e de exercício da política que d. Alzira experimentou, marcou decisivamente sua ação e visão políticas de mundo até o fim da vida.

É compreensível, e já foi muito comentado, o impacto que o episódio do suicídio tem sobre d. Alzira. Segundo sua secretária particular, houve de fato duas Alziras e a 'verdadeira' era a primeira, que eu não

Alzira Vargas do Amaral Peixoto trabalhando em sua residência, provavelmente, no final da década de 1950. CPDOC.

conheci, como ela amavelmente me esclareceu.[10] Pela profundidade da perda, ainda pelo mesmo relato, d. Alzira fora aconselhada a escrever, ainda que, como o comentário acima encaminha, o resultado do trabalho fosse a produção de uma outra Alzira, como aliás ocorre com todos os que experimentam este percurso.

Quando em 1960 seu livro é publicado, ela mais uma vez tomava em suas mãos os 'papéis' do pai e do país, reatualizando o encargo que dele recebera em meados dos anos de 1930: ela tornava-se, em definitivo, uma guardiã da memória. A extensão e volume do encargo, apenas em termos materiais, podem ser avaliados pelo conjunto da documentação que abarca os arquivos privados de Getúlio Vargas, Ernani do Amaral Peixoto e dela própria, todos no CPDOC.[11]

Porém, antes da existência desta instituição, diversos pesquisadores nacionais e internacionais consultavam este acervo, com arranjos que ela própria produziu e em sua residência. Depois de feita a doação, sabia-se que havia ainda material com d. Alzira e que ela não desistira de seu projeto de escrever sobre o Ciclo Vargas. A entrevista, solicitada em 1991, integrava uma estratégia de viabilização mais rápida de seu desejo, que acabaria por frustrar-se. Assim, só a morte encerra sua missão, mas não sem surpresas.

Sabia-se, como mencionado, que d. Alzira guardava 'coisas' e, como ela mesma contava, que Getúlio tinha uns 'caderninhos' onde fazia notas. Mas, ela não mostrava os tais cadernos e sorria, desconversando, quando era abordada mais diretamente sobre o assunto. Com sua morte, como é público, eles foram encontrados por Celina Vargas do Amaral Peixoto 'escondidos' pela casa, numa última tática da guardiã, desejosa de exibir e manter segredos.[12] Os diários de Vargas são hoje uma fonte publicada.[13] Neles, aqui e acolá, sente-se o lugar ocupado por esta filha no projeto do pai. Contudo, eles se encerram em 1942 e muito mais iria ainda ocorrer na vida de Getúlio e de 'Alzirinha'. Neste caso, vida intensa e repleta de acontecimentos singulares, seja na perspectiva feminina, seja na política.

Alzira Vargas do Amaral Peixoto na IX Reunião do Conselho de Doadores do CPDOC/FGV, em 19 de dezembro de 1979. CPDOC.

Mas, se houve um eixo a estruturar os fragmentos com os quais se compõem todas as vidas, para Alzira Vargas ele foi a tarefa de guardar uma memória que ela entendia como vital para si e para os outros. Não creio que tenha se enganado na avaliação ou no desempenho.

Esta é uma versão revista e ampliada de uma comunicação apresentada no II Encontro Nacional de História Oral – História Oral e Multidisciplinaridade –, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1994. A seleção de fotos para este texto foi realizada entre mais de uma dezena de álbuns de família, chegados ao CPDOC após a morte de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Agradeço a Monica Almeida Kornis e Aline Lopes de Lacerda a orientação rápida e segura.

N O T A S

1. Alzira Vargas do Amaral Peixoto trabalhou na Casa do Pequeno Jornaleiro, criada por sua mãe, Darcy Vargas, até sua morte.

2. Não participei da primeira série de entrevistas, tendo trabalhado na segunda com a pesquisadora Maria Celina D'Araujo. Todo o depoimento, totalizando cerca de vinte horas, foi realizado entre abril e maio de 1979, como mencionado, e entre setembro e outubro de 1991. As citações de falas de d. Alzira a ele se referem e não contêm maiores indicações por terem sido colhidas quando estava em processamento. O depoimento encontra-se no CPDOC, mas sua segunda parte não está aberta à consulta.

3. PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio, meu pai*. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

4. Muitos textos discutem as questões aqui brevemente mencionadas. Entre eles, vale mencionar como indicação POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15; e LEVI, Giovanni. "Les usages de la biographie". In: *Annales ESC*. Paris: n. 6, nov./dec. 1989, pp. 1325-1336.

5. Sobre a figura do mediador, além do texto de Pollak acima citado, ver, na mesma obra, BARROS, Myriam Moraes Lins de. "Memória e família". In: *Estudos Históricos*, pp. 29-42.

6. VELHO, Gilberto. "Memória, identidade e projeto". In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Ver sobre o tema os artigos de BOURDIEU, Pierre. "La ilusion biografica" e CLOT, Yves. "La otra ilusion biografica". In: *Historia y Fuente Oral*, n.2, Barcelona, 1989, pp. 27-39.

7. Alzira foi convidada para o cargo por Luís Vergara, secretário da Presidência, e nele permaneceu até o fim do Estado Novo, em novembro de 1945. Após esta data, enquanto Getúlio esteve no Rio Grande, ela foi um dos elos mais importantes para sua comunicação com a política nacional.

8. D'ARAUJO, Maria Celina. "Nós e eles". In: *Jornal do Brasil*, 29.1.1992, p. 11, comenta também este aspecto.

9. João Goulart assume a presidência do diretório nacional do PTB em maio de 1952.

10. Zilda Carneiro Leal. *Depoimento*, CPDOC/FGV, 1992.

11. Sobre o arquivo de Getúlio Vargas, ver SILVA, Suely Braga da. "O legado documental de Getúlio Vargas". In: GOMES, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

12. Não é casual que a filha de Alzira Vargas tenha sido criadora do CPDOC, diretora do Arquivo Nacional, e seja figura de destaque nas questões que envolvem legislação de acesso a informações no Brasil.

13. *Getúlio Vargas:* diário. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995.

A B S T R A C T

This text seeks to reflect on the relations between women and politics in Brazilian society. Considering that even nowadays, there are few women whose participation in the country's political life is widely disseminated and acknowledged, it is enlightening to follow the path of a woman, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, who for about half a century — from the 1940's to the 1980's — participated intensively in politics, in an extremely unique way. The major reason for this uniqueness is that she assumed the task of preserving her father's and her family's memory, and in so doing, she played a prominent role in preserving the national heritage.

R É S U M É

Ce texte essaye de montrer les rapports entre la femme et la politique dans la société brésilienne. Vu que, jusqu' à nos jours sont peu nombreuses les femmes qui ont participé activement à la vie publique du pays, qui ont joué un rôle reconnu et de grande répercussion, rien de plus juste que d'écrire sur la trajectoire d'une femme, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, qui pendant presqu'un demi siècle - des années 1940 aux annés 1980 - a participé intensivement à la politique et d'une manière absolument singulière. Cette singularité se doit au fait d'avoir assumé la mission de gardienne de la mémoire de son père, de sa famille et, en ce faisant, d'avoir joué un rôle important dans la préservation de la mémoire nationale.